



OCUPAÇÕES IRREGULARES NO ESPAÇO URBANO DE COLÍDER – MATO GROSSO

Judite de Azevedo do Carmo

Professora Adjunto do curso de licenciatura em Geografia-UNEMAT/Colíder(MT)

Email: judite.carmo@unemat.br

Willian Borges Vieira

Graduando do curso de licenciatura em Geografia

Email: willian.b.v.online@gmail.com

Beatriz de Azevedo do Carmo

Graduanda do curso de licenciatura em Geografia- UNEMAT –Colíder (MT)

Email: byahcarmo980@gmail.com

RESUMO

O espaço urbano na atualidade apresenta situações de ameaças ao meio natural e à população aí residente, especialmente em razão do processo de expansão urbana por meio de ocupação de áreas de preservação permanente dos córregos urbanos. O objetivo deste artigo é apresentar as características da infraestrutura urbana da ocupação das margens do córrego Jaracatiá na cidade de Colíder (MT), bem como o nível socioeconômico da população aí residente. Para tanto procedeu-se a observação e descrição da área e a aplicação de questionário por meio da realização de trabalho de campo. A pesquisa bibliográfica foi de grande importância para análise do contexto desta ocupação a luz das teorias. Como resultado preliminar obteve-se que a ocupação iniciou-se nos anos de 1990 e suas características foram se modificando ao longo do tempo, na atualidade há algumas residências que recebem alguns serviços urbanos como energia elétrica, água encanada, coleta de lixo e afastamento de esgoto, mas são serviços pontuais que não atingem todas as residências aí localizadas, obteve-se ainda que o espaço ocupado, além de valor de uso para a população, também apresenta valor de troca, pois alguns dos primeiros proprietários procederam a venda de suas residências; e hoje, encontra-se uma população nova que ocupa esse espaço por meio de contrato de aluguel.

Palavras-chave: moradias; recursos hídricos; área urbana.

INTRODUÇÃO

O capital, articulado ao processo de produção, circulação e consumo, ao mesmo tempo em que “dinamiza, hierarquiza e segrega o espaço urbano”, restringe “o acesso ao mercado ‘legal’ de terras para a população de baixo poder aquisitivo”, conseqüentemente a expansão urbana toma a direção das áreas periféricas da cidade,

assim como àquelas áreas vazias do espaço intraurbano onde se verifica ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos (PASSOS, 2009, p. 14).

A restrição do acesso à terra na cidade leva ao que Maricato (2001, p. 86) já pontuava, a ocupação de áreas com diferentes graus de vulnerabilidade ambiental, como várzeas, encostas de morros, mananciais, dentre outras, indicando que a questão fundiária e imobiliária são elementos que influenciam direta e indiretamente na produção da paisagem urbana.

A questão da moradia, na visão de Corrêa (2003), para ser inteligível, há que se compreender a produção da habitação, esta é tratada como uma mercadoria, sujeita ao mercado, portanto, possui valor de uso e de troca. A produção desta mercadoria é dependente de outra, qual seja; a terra urbana, cuja produção, ainda segundo o autor referido, é lenta, artesanal e cara, desta forma, fica excluída do acesso à ela grande parcela da população.

Carmo (2006) em análise a obra de Carlos (1992) conclui que não são todos os cidadãos que usufruem do direito à cidade, haja vista não poderem ocupar os espaços que desejam, mas sim aqueles que seus rendimentos lhe proporcionam ocupar. Desta forma, conforme Carlos (1992) há uma apropriação desigual do espaço urbano por parte dos cidadãos, ocasionada exatamente pelo valor da terra.

Os municípios, em sua maioria, apresentam na atualidade degradação ambiental em razão das ocupações irregulares, com destaque aos córregos urbanos que possuem suas margens ocupadas com moradias populares e em alguns casos até de habitações de elite, bem como edifícios comerciais de diversas modalidades.

Esta situação se apresenta desde a metrópole até aos pequenos municípios. Portanto o cenário urbano atual apresenta um desafio para os seus gestores, qual seja: criar condições para elevar a sua qualidade ambiental e social, reduzindo o processo de expansão urbana de forma desordenada que tem atingido Áreas de Preservação Permanente (APP), comprometendo os córregos urbanos.

Estudos que têm procurado relacionar a expansão urbana e a degradação dos recursos hídricos se apresentam recorrentes no âmbito da ciência geográfica. Apesar da dedicação dos geógrafos a esta temática, essas pesquisas ainda se fazem necessárias e de

suma importância tanto científica quanto social, haja vista contribuir com a produção de informações relevantes para futuras ações dos gestores públicos locais.

Destarte o objetivo deste artigo é tratar de ocupação irregular no espaço urbano de Colíder (MT), tomando como espaço empírico de análise, a área de Preservação Permanente do córrego Jaracatiá. O município localiza-se entre as coordenadas geográficas 10° 48' 00" latitude sul e 55° 26' 00" a 55° 28' 00" longitude oeste ao norte do estado de Mato Grosso (Figura 1)

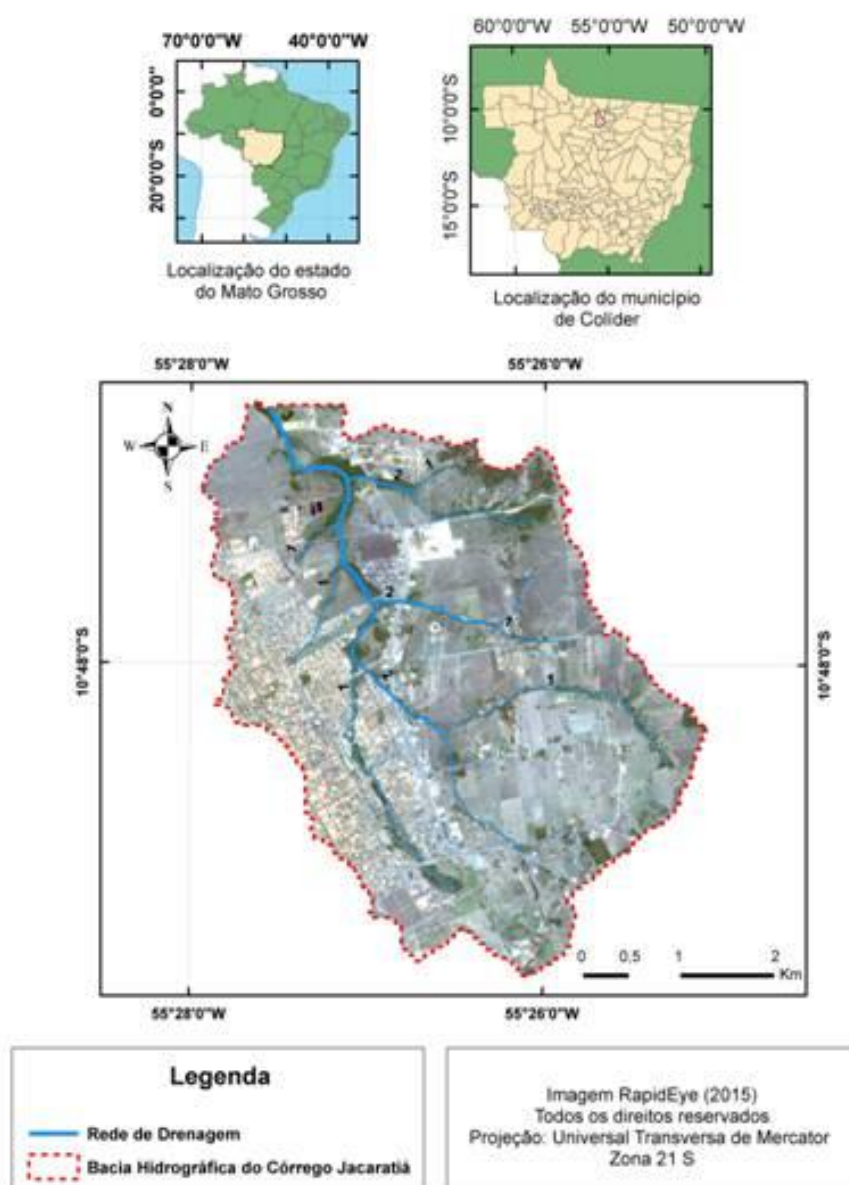




Figura 1- Localização da área de estudo
Organizado por Alisson Sona Cabral , desenho de Thales Lima.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida, cujos resultados preliminares aqui se apresenta é de cunho exploratório, segundo Pioversan e Temporini (1995) este tipo de pesquisa tem como objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu contexto e onde se insere. Portanto sua utilização se justifica por não haver registros de estudos executados sobre a área em questão.

Lakatos e Marconi (2010), ainda sobre a pesquisa exploratória, explicam que esta tem como objetivo descrever e analisar os fenômenos sociais utilizando para tanto a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica. Por meio da pesquisa de campo realizou-se a observação e descrição da área de estudo no que se refere à infraestrutura urbana (coleta de lixo, afastamento de esgoto e o abastecimento de água) e às características das moradias, bem como às condições socioeconômicas dos moradores.

O trabalho de campo permitiu ainda a aplicação de questionários junto aos moradores com o intuito de identificar suas características socioeconômicas. Identificou-se um total de 20 residências, desse total conseguiu-se aplicar questionário à moradores de apenas nove habitações, isto porque os mesmos possuem receio de responder questionamento por estarem ocupando uma área que sabem ser irregular. O medo é constante em relação à fiscalização por parte dos órgãos públicos e uma possível ordem de desocupação.

Apesar do número reduzido de questionários aplicados entende-se que não houve prejuízo à análise pretendida porque a intenção era fazer uma análise qualitativa e não quantitativa. Além disso, as moradias não se diferem muito umas das outras, portanto o mesmo pode-se dizer do nível socioeconômico.

A pesquisa bibliográfica constitui-se em um estudo crítico aprofundado sobre o objeto analisado, sendo a leitura a principal técnica, por meio da qual é possível identificar as informações e os dados contidos no material bibliográfico selecionado, bem como as teorias que possam embasar as análises pretendidas (LIMA e MIOTO, 2007). Para este e qualquer outro estudo científico, este procedimento é imprescindível.

RESULTADOS PRELIMINARES

Grostein (2001 apud JACOBI 2006) se referindo à metrópole explica que o padrão de urbanização neste tipo de localidade apresenta como característica a prevalência de um processo de expansão da ocupação dos espaços intraurbanos, os quais proporcionam baixa qualidade de vida à população ali residente. Este processo produz uma cidade dual, de um lado a cidade formal, com todas as benesses urbanas, e de outro a cidade informal, com moradores vivendo na ilegalidade, sem receber os benefícios da urbanidade, formando as disparidades socioambientais.

Nas margens do córrego Jaracatiá verifica-se a ausência de benefícios urbanos. O acesso aos serviços de saneamento básico é deficitário, sendo que do total de nove residências questionadas, apenas duas possuem acesso a rede de esgoto, enquanto seis realizam o descarte do rejeito *in natura* em fossas domésticas.

Esta situação em relação à rede de esgoto corrobora o que Tonello et al (2008) especificam; quando uma área é ocupada de forma irregular e não possui acesso aos serviços públicos adequados, que por sua vez, deveriam ser oferecidos pelo poder público do município, a população aí residente é impelida a fazer o descarte do esgoto *in natura* direto no ambiente ou em fossas domésticas ou ainda diretamente nos recursos hídricos.

Outro problema verificado sobre descarte do esgoto é que em muitas residências ele se realiza em fossa doméstica localizada próxima a poço (cisterna) e ao próprio córrego. Para Silva (2008), a pouca distância entre a fossa e o poço pode facilmente ser considerada como um dos principais causadores da contaminação do lençol freático próximo.

O mesmo autor supracitado explica que a distância considerada segura para que não haja contaminação dos mananciais hídricos varia entre 15 e 45 metros, dependendo da profundidade do poço e fossa. Obviamente que estes critérios não foram adotados na área, portanto, isto pode trazer comprometimento à saúde dos moradores locais que fazem uso da água retirada de poço (cisterna) mal localizado. Destaca-se que cinco das nove moradias investigadas, utilizam este tipo de sistema no abastecimento de água, pois o acesso a rede de distribuição é restrito.

Os bueiros e as tubulações usados para captar a água da chuva nas ruas que se localizam nas imediações da área de estudo encontram-se em mal estado de conservação, sem as grades retentoras de lixo. Diante disto, o lixo e sedimentos das ruas são levados pelas enxurradas diretamente para o córrego.

A coleta de lixo é feita regularmente, sendo que dos questionados apenas um morador alegou não ter acesso a coleta. Portanto, a presença do lixo no córrego se explica pela situação de descuido da população em não colocar o seu lixo em lugar apropriado para ser coletado, com isso durante a chuva, o lixo é levado pela rede de drenagem pluvial ou simplesmente pelas enxurradas.

A ocupação das margens do córrego Jaracatiá com moradias não é recente, pois identificou-se moradores que ali estão há 25 anos. Entretanto há residentes com menos de um ano de ocupação. Como já se sabia que a ocupação era antiga, esperava-se encontrar, em sua maioria moradores antigos, porém isto não ocorreu, sendo muitas casas ocupadas recentemente. Esta ocupação recente ocorre por meio de aluguel ou de compra das casas que foram ali construídas há muito tempo.

Das nove residências investigadas sete são próprias e duas são alugadas. Das que são próprias, cinco possuem contrato de compra e venda e duas possuem escritura. Dois moradores que são locatários não souberam informar a situação de regularização da moradia.

A população residente às margens do córrego Jaracatiá, em sua maioria é de baixa renda, com rendimentos médios familiar de R\$1655,00. Entretanto encontrou-se uma residência em que a família é composta por sete integrantes e vivem com um salário mínimo. Em contrapartida existem residências em que o número de moradores é menor e com uma renda mensal que chega até R\$3.000,00.

Claramente esta situação socioeconômica dos moradores é refletida diretamente no padrão das moradias, que no geral, são simples e pequenas, algumas de madeira e as que são de alvenaria, na maior parte se encontram inacabadas.

Apesar disto, é possível identificar através da observação da ocupação das margens do córrego por moradias, que algumas delas apresentam uma infraestrutura mais adequada, no sentido de tamanho e estética. Isto porque a desigualdade existente



no rendimento mensal dos moradores, acaba criando condições propícias para uma leve diferenciação no padrão das moradias.

O córrego atravessa toda a área urbana do município, em observação a ocupação de suas margens identifica-se que as residências localizadas em seu percurso próximo ao centro da cidade apresentam um melhor padrão, com acesso a rede de esgoto e água encanada. Em contrapartida as residências que se encontram mais afastadas são as que sofrem com a ausência dos serviços urbanos, cujo padrão da moradia é inferior.

Este retrato socioeconômico explica o impedimento dessa população em ocupar áreas mais valorizadas na cidade, uma vez que seus rendimentos, não lhe permite residir onde deseja, portanto destas pessoas é retirado o direito à cidade. Esse direito, em concordância com Lefebvre (2001, p.117) “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais”, mas “como direito à vida urbana, transformada, renovada”.

Nas margens do córrego, verificou-se junto aos moradores questionados, que sete moradias são próprias e três são alugadas. Em relação à estas últimas, apesar da aparente simplicidade, elas são propriedades de terceiros, que por sua vez possuem outro imóvel, vê-se claramente o tratamento da terra como mercadoria até mesmo nesta área que a princípio foi ocupada com o objetivo de residência, com a função de habitar, de valor de uso.

O modelo de desenvolvimento urbano no Brasil, segundo Rolnik (2009, p. 32), “privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade ou de inserção efetiva à cidade”, portanto as qualidades urbanísticas ficaram restritas às classes médias e altas.

A mesma autora supracitada (2009, p. 32) explica que as áreas urbanas “têm sido reguladas por um vasto sistema de normas, contratos e leis que têm quase sempre como condição de entrada a propriedade escriturada e registrada, restrita a poucos moradores”. Grande parte da população é destinada aos “mercados informais e irregulares, em terras que a legislação urbanística e ambiental vetou para a construção ou não disponibilizou para o mercado formal ou nos espaços precários das periferias do espaço urbano” (ROLNIK, 2009, p. 32).



A ocupação tem se perpetuado em períodos de tempo distintos como resultado de expansão urbana sobre Área de Preservação Permanente, que apresenta certa vulnerabilidade ambiental, o que pode levar às situações de vulnerabilidade social. Portanto, defende-se a existência de uma intrínseca relação entre o tipo de ocupação do solo urbano e as condições de vulnerabilidade socioambiental na cidade.

As situações de vulnerabilidades socioambientais são entendidas como em Alves (2006) e Alves e Torres (2006) como sobreposição de problemas e riscos sociais e ambientais em uma determinada área, esta sobreposição leva ao agravamento das situações de vulnerabilidade social em razão da exposição ao risco, como por exemplo, às enchentes, às doenças de veiculação hídrica, deslizamentos de encostas, dentre outros.

As ocupações das margens do córrego Jaracatiá são irregulares, muitas das residências sem a documentação que regularize a sua propriedade, evidenciando a ausência de ações do poder público tanto no sentido de inibir como regularizar a ocupação. As ocupações de áreas protegidas ocorrem, conforme Maricato (1994), sob a visão complacente dos poderes públicos a quem caberia exercer a fiscalização sobre o uso do solo.

A mesma autora expõe que a legislação urbana e ambiental, bem como as ações dos poderes executivo, legislativo e judiciário, se apresentam extremamente contraditórias e ambíguas diante das formas de uso na maioria das cidades brasileiras. (MARICATO 1994).

As Áreas de Preservação Permanente, conforme traz o inciso II do Artigo 3º. da Lei de n. 12651/12 (novo código florestal brasileiro), tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

No artigo 7º. da mesma lei supracitada, fica clara a obrigatoriedade de manutenção da cobertura vegetal situada em Área de Preservação Permanente e no parágrafo 1º. está disposto que em caso de supressão vegetal da área, o proprietário, o possuidor ou ocupante é obrigado recompô-la.

A intervenção ou a supressão da vegetação nativa, serão autorizados, conforme

especificado na seção II, artigo 8º., somente em caso de hipótese da necessidade de desenvolver atividade de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental.

A literatura especializada sobre a expansão urbana e meio ambiente expressa a necessidade do planejamento e gestão urbana que ultrapasse o plano teórico e efetive na prática o direcionamento à redução dos impactos negativos tanto social quanto ambiental relacionados ao processo de expansão territorial no espaço urbano.

O caso estudado reforça o que Grostein (2001 apud Jacobi 2006) já haviam evidenciado, que a produção dual da cidade não se prolifera somente na metrópole, este processo se reproduz em outras escalas, tanto nas médias quanto nas pequenas cidades, assim como os problemas ambientais, seja de qualquer ordem e dos mais diversos graus, também não estão restritos à metrópole ou aos grandes centros, mas se proliferam no Brasil nas cidades de diferentes dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da Área de Preservação Permanente do córrego Jaracatiá em seu percurso no espaço urbano de Colíder (MT), tem sido recorrente desde a década de 1990, apesar de que a identificação de novas construções e novos moradores dá a impressão de que ela seja recente. Esta identificação leva a compreensão de que ocupação tem ocorrido em período de tempo distinto e com características diferentes.

No primeiro momento, alguns pontos da área e uma certa parcela do entorno, foram cedidas pela gestão do município para implantação de indústrias leves, e posteriormente foi ocorrendo a ocupação de outros pontos para a fixação de moradias por parte da população que necessitava de um “pedaço de chão” para residir, porém seus rendimentos, não lhes permitia inserir no mercado de terra formal. Esta população conseguiu edificar sua residência, mesmo que de forma precária.

No segundo momento com algumas melhorias no local e nas residências, houve a comercialização de algumas, sendo agora ocupadas por meio de contrato de aluguel. Verifica-se o uso desse solo tanto como valor de uso quanto valor de troca. Este fato evidencia que este espaço, apesar de não conter as características necessárias para se



inserir no mercado formal de terras, se insere no mercado informal, tendo seus proprietários o contrato de compra e venda.

O contexto da ocupação da Área de Preservação Permanente do córrego Jaracatiá aponta para uma intensa demanda por habitação no município, em razão da especulação imobiliária, portanto a única opção de residência para as pessoas de baixa renda são as áreas com deficiências urbanísticas e de proteção ambiental, constituindo então no espaço urbano as áreas de vulnerabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2006.

ALVES, H. P. F.; TORRES, H. G. Vulnerabilidade Socioambiental na Cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, volume 20, número 1 – jan/mar 2006.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 7º ed. São Paulo: contexto, 1992.

CARMO, J. A. **Dinâmicas Sócio-Espaciais na Cidade de Rio Claro (SP):** As Estratégias Econômicas, Políticas e Sociais na Produção do Espaço. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro. 2006.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4º ed. São Paulo: Ática, 2003.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. **Política & Trabalho** - Revista de Ciências Sociais, n. 25, p. 115-134, 2006

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª. edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5º. ed. 2º. reimpressão. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, T.C.S. MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica: **Rev. Katal**. v.10. p. 37-45, Florianópolis, 2007.



MARICATO, E. **Exclusão social e reforma urbana**. São Paulo: FAUUSP, 1994.

MARICATO, E. **Brasil**, cidades: alternativas para a crise urbana. 2º ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2001.

PASSOS, J. G. F. G. **Produção do espaço urbano e requalificação de áreas degradadas**: o caso do bairro Santa Cruz, entorno da Lagoa das Bateias, Vitória da Conquista, Bahia. 145 f. 2009. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

PIOVESAN, A. TEMPORINI, E.R. Procedimento metodológico para estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**. vol.29 n.4 São Paulo. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101995000400010&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Estudos Urbanos e Regionais**. V 11, n. 2, p. 31-50, 2009.

SILVA, A. C. **Estudo da contaminação do lençol freático através da integração de técnicas geofísicas e geoquímicas em Ji-Paraná/RO**. 136 f. 2008. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Rio Claro, 2008.

TONELLO, M.F.; FERREIRA, E. S.; RODRIGUES, I. O. M.; SOUZA, V. Situação ambiental do igarapé Mirandinha (canalização). **Revista Acta Geográfica**, Roraima, Nº4, p. 41-53, jul./dez.2008. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/195>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo, Global Editora, 1986.